

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

*THE IMPORTANCE OF PARTNERSHIP BETWEEN SCHOOL,
FAMILY AND COMMUNITY IN PROMOTING SCHOOL
INCLUSION*

Adriana Boniatti¹

Aline Veriato²

Alaíse Franciele Lima da Silva³

Cintia Souza da Silva⁴

Shirlei Terezinha de Lima Tamiozzo⁵

Resumo: A inclusão escolar demanda responsabilidade coletiva e compartilhada. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da parceria entre escola, família e comunidade na promoção de uma educação inclusiva. Por meio de uma abordagem teórico-bibliográfica, discute-se como as ações colaborativas favorecem o desenvolvimento e o sucesso educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais. Os achados evidenciam que parcerias efetivas fortalecem a construção de práticas pedagógicas inclusivas e promovem a equidade educacional. A atuação integrada desses três agentes sociais contribui para a superação de barreiras educacionais e sociais, assegurando um ambiente de aprendizagem acolhedor e acessível a todos. Além disso, a participação ativa da família e o apoio da comunidade ampliam o repertório de vivências e saberes dos estudantes, enriquecendo o processo educacional. Assim, a construção de uma

1 Licenciada em Pedagogia – Educação Infantil e Anos Iniciais. Pós-graduada em Psicopedagogia pela UNIJUÍ. Professora na Rede Municipal de Ensino de Ijuí – RS. E-mail: adri.boniatti30@gmail.com

2 Graduada em Pedagogia. Pós-graduada em Educação Infantil e em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade São Luís. E-mail: alineveriato0903@gmail.com

3 Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. Pós-graduada em AEE. E-mail: limaalaíse28@gmail.com

4 Graduada em Pedagogia – Habilitação em Administração, Supervisão e Orientação Escolar pela UNIJUÍ. E-mail: cintia45silva@hotmail.com

5 Graduada em Pedagogia pela UNIJUÍ. Pós-graduada em Gestão Escolar pela UFRGS. E-mail: shirlei.teresinha@gmail.com



escola inclusiva requer a valorização do diálogo, do respeito à diversidade e do compromisso coletivo com a transformação social.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Participação da família. Envolvimento comunitário. Práticas educacionais. Colaboração escolar.

Abstract: School inclusion requires collective and shared responsibility. This article aims to analyze the importance of the partnership between school, family, and community in promoting inclusive education. Through a theoretical and bibliographic approach, it discusses how collaborative actions support the development and educational success of students with special educational needs. The findings show that effective partnerships strengthen the construction of inclusive pedagogical practices and promote educational equity. The integrated action of these three social agents contributes to overcoming educational and social barriers, ensuring a welcoming and accessible learning environment for all. Furthermore, the active participation of families and the support of the community expand students' life experiences and knowledge, enriching the educational process. Thus, building an inclusive school requires valuing dialogue, respecting diversity, and embracing a collective commitment to social transformation.

Keywords: Inclusive education. Family participation. Community involvement. Educational practices. School collaboration.

1 Introdução

A Constituição Federal do Brasil, em consonância com acordos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), assegura o direito à educação sem qualquer forma de discriminação, estabelecendo-a como um direito de todos e dever do Estado e da família. Nesse cenário, a inclusão escolar emerge não apenas como um imperativo legal, mas como um compromisso ético e social com a equidade e a justiça educacional.

Para que esse direito se concretize, são necessários esforços articulados e contínuos de diversos setores da sociedade. Entre os principais atores desse processo destacam-se a escola, a família e a comunidade, cujas ações conjuntas são fundamentais para a construção de ambientes educacionais acolhedores, acessíveis e participativos. Como salienta Mantoan (2003), a inclusão não se resume à presença física do estudante na escola, mas implica

garantir sua participação efetiva, autonomia e aprendizagem significativa. Nesse sentido, a atuação colaborativa entre todos os envolvidos no processo educativo torna-se indispensável para o êxito da inclusão.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse compromisso ao estabelecer que a educação deve ocorrer, preferencialmente, no sistema regular de ensino, com o suporte de serviços e recursos que assegurem a igualdade de oportunidades. Essa perspectiva exige a superação de práticas excludentes e a adoção de metodologias centradas na valorização das diferenças, no respeito às singularidades e na eliminação de barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas.

Além disso, mais do que mudanças estruturais, a efetivação de políticas inclusivas requer transformações culturais, capazes de reconhecer a diversidade como um valor social e pedagógico. Nesse processo, a parceria entre escola, família e comunidade torna-se elemento estratégico, pois permite o fortalecimento de redes de apoio, a troca de saberes e a corresponsabilidade no desenvolvimento integral dos estudantes.

Ilustrativamente, experiências de projetos colaborativos entre instituições de ensino e associações comunitárias têm demonstrado resultados positivos no enfrentamento de barreiras educacionais e sociais. Assim, a construção de uma escola inclusiva passa pela valorização do diálogo, pelo respeito às diferenças e pelo compromisso coletivo com a transformação social.

Conforme aponta Aranha (2009), a educação inclusiva pressupõe uma mudança de mentalidade, na qual a escola deixa de ser um espaço homogêneo e passa a acolher a pluralidade como elemento constitutivo de sua prática educativa. Assim, compreender a dinâmica e a importância dessa tríade — escola, família e comunidade — é essencial para que políticas e práticas inclusivas não se restrinjam ao plano legal, mas se concretizem no cotidiano escolar de forma efetiva.

Diante disso, este artigo propõe uma análise crítica e fundamentada sobre como a articulação entre esses três pilares pode contribuir para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, comprometida com a promoção da cidadania, da equidade e da transformação social.

2 Fundamentos teóricos da educação inclusiva

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional baseado na valorização da diversidade humana e na construção de ambientes

escolares acessíveis, acolhedores e equitativos. Fundamenta-se na premissa de que todos os estudantes têm o direito de aprender juntos, independentemente de suas características individuais, como deficiências, condições socioeconômicas, origem étnica, gênero ou orientação sexual (UNESCO, 1994). Trata-se de um modelo que vai além da mera integração física, propondo a plena participação dos alunos tanto no processo de aprendizagem quanto na vida escolar.

O conceito de inclusão educacional está profundamente relacionado aos princípios dos direitos humanos, respaldado por documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Esses instrumentos reafirmam que a educação deve ser um espaço de igualdade, respeito às diferenças e garantia de oportunidades para todos.

De acordo com Stainback e Stainback (1999), a inclusão demanda uma transformação abrangente na cultura escolar, no currículo, nas práticas pedagógicas e nas atitudes dos profissionais da educação. Para os autores, a escola deve deixar de ser um ambiente homogêneo, voltado apenas para estudantes que se ajustam a determinados padrões, e tornar-se um espaço plural, onde a diferença é reconhecida e valorizada como fator enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem.

Sob esse enfoque, a pedagogia inclusiva propõe uma abordagem flexível e responsiva às necessidades específicas de cada estudante. Isso exige o uso de estratégias pedagógicas diversificadas, a adaptação de materiais didáticos, a oferta de serviços de apoio especializado e a utilização de tecnologias assistivas, sempre que necessário (Mittler, 2003). Além disso, implica uma revisão na forma de avaliação, priorizando o progresso individual de cada estudante, em detrimento de comparações padronizadas.

A teoria sociocultural de Vygotsky (1998) também oferece importantes contribuições para a educação inclusiva, ao destacar o papel das interações sociais no desenvolvimento humano. Segundo o autor, o aprendizado ocorre por meio da mediação com o outro e da participação em contextos culturais significativos. Dessa forma, um ambiente educacional inclusivo proporciona múltiplas formas de participação, favorecendo a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes.

Skrtic (1991), por sua vez, argumenta que o modelo tradicional de educação especial, baseado na categorização e separação dos alunos,

é incompatível com os ideais democráticos. Para ele, a inclusão desafia a estrutura burocrática da escola e promove uma reconfiguração de sua lógica organizacional. Trata-se de um processo que exige comprometimento institucional, formação docente contínua e a implementação de políticas públicas intersetoriais. Em síntese, os fundamentos teóricos da educação inclusiva apontam para a necessidade de romper com modelos excludentes e construir uma escola que acolha todos os seus alunos, respeitando suas singularidades e potencializando suas aprendizagens.

3 O papel da escola na promoção da inclusão

A escola é o espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a equidade, a diversidade e a inclusão. Seu papel vai muito além da simples transmissão de conteúdos curriculares; é uma instituição social responsável pela formação integral dos sujeitos, pela construção da cidadania e pela promoção da justiça social. Nesse sentido, promover a inclusão no ambiente escolar significa assegurar que todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham garantidos o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em igualdade de condições.

Segundo Mantoan (2006), a escola inclusiva não é aquela que apenas recebe alunos com deficiência, mas a que transforma suas práticas pedagógicas, sua cultura institucional e seus valores para atender efetivamente à diversidade. Isso implica revisar currículos, adotar metodologias flexíveis, promover o respeito às diferenças e valorizar todos os saberes e trajetórias escolares. A gestão escolar também exerce papel estratégico nesse processo, articulando ações que favoreçam o trabalho colaborativo entre professores, equipes pedagógicas e demais profissionais.

Além disso, a formação inicial e continuada dos professores é fator determinante para a efetividade da inclusão escolar. Conforme Nóvoa (1999), o professor precisa ser sujeito ativo na construção de sua prática, tendo acesso a espaços de reflexão, troca de experiências e atualização teórica e metodológica. No contexto da educação inclusiva, isso significa conhecer os princípios da educação para todos, estar ciente dos direitos das pessoas com deficiência e dominar estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades.

Outro aspecto fundamental refere-se à acessibilidade. A escola deve garantir condições físicas, comunicacionais e pedagógicas adequadas para todos os estudantes. Isso envolve desde a eliminação de barreiras

arquitetônicas até a disponibilização de materiais adaptados, intérpretes de Libras, recursos de tecnologia assistiva e o planejamento de atividades acessíveis (BRASIL, 2015). Sem essas condições, a inclusão se reduz a um discurso, sem efetividade prática.

O projeto político-pedagógico (PPP) da escola constitui outro instrumento essencial para consolidar a proposta inclusiva. De acordo com Libâneo (2004), o PPP deve refletir os princípios da inclusão, da participação democrática e do compromisso com a aprendizagem de todos. Sua construção deve envolver toda a comunidade escolar — gestores, professores, funcionários, estudantes e suas famílias — de modo a assegurar coerência entre os objetivos educacionais e as ações cotidianas. É importante, ainda, conceber o ambiente escolar como espaço de convivência ética, no qual valores como solidariedade, empatia e respeito às diferenças sejam cultivados. Como afirma Freire (1996), educar é um ato político e ético, que exige reconhecer o outro como sujeito de direitos. Assim, a escola deve promover não apenas a inclusão física, mas, sobretudo, a inclusão social e afetiva dos estudantes, criando vínculos que favoreçam o pertencimento e o desenvolvimento pessoal. Portanto, a escola ocupa um papel central e insubstituível na promoção da inclusão, sendo responsável pela construção de um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade humana, enfrente práticas excludentes e assegure o direito à aprendizagem para todos, sem exceção.

4 A participação da família como elemento fundamental da inclusão

A participação ativa da família na vida escolar constitui um dos pilares essenciais para o êxito da educação inclusiva. A família representa o primeiro espaço social de convivência e aprendizagem da criança, sendo decisiva para a formação da identidade, dos valores e das percepções sobre o mundo. No contexto da inclusão escolar, a colaboração entre família e escola potencializa a compreensão das necessidades do estudante e favorece o desenvolvimento de estratégias educativas mais eficazes e personalizadas.

Segundo Epstein (2001), a parceria família-escola é um processo dinâmico e multidimensional, que envolve comunicação, participação, tomada de decisões e apoio mútuo. Essa interação deve ser pautada pelo respeito e pela valorização do conhecimento que a família possui sobre seu filho, reconhecendo sua singularidade e sua experiência de vida. A

escuta ativa e o diálogo constante contribuem para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e inclusivo, no qual o estudante se sinta apoiado, respeitado e compreendido.

No caso de estudantes com necessidades educacionais especiais, a família assume um papel ainda mais estratégico, atuando como defensora dos direitos da criança e colaboradora na elaboração de planos educacionais individualizados. De acordo com Pereira e Almeida (2010), o envolvimento familiar contribui para a superação de barreiras atitudinais, amplia a adesão às intervenções propostas e fortalece a autoestima do estudante, criando um círculo positivo de aprendizagem e desenvolvimento.

Entretanto, é importante destacar que as relações entre família e escola nem sempre são harmoniosas ou efetivas. Barreiras como preconceitos, falta de informação, diferenças culturais e a distância física ou emocional podem dificultar o diálogo e o engajamento familiar (SOUZA, 2014). Por isso, a escola deve adotar estratégias inclusivas para envolver as famílias, promovendo encontros regulares, grupos de apoio, oficinas e outras formas de participação que sejam acessíveis e significativas para todos.

A participação da família na educação também amplia o repertório cultural e social do estudante, integrando saberes que enriquecem o processo educativo. Como ressalta Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano é influenciado por múltiplos sistemas sociais interligados, sendo imprescindível que a escola reconheça e dialogue com esses contextos para promover uma ação pedagógica mais eficaz e contextualizada.

Assim, a construção de uma educação inclusiva demanda o fortalecimento dessa parceria, em que família, escola e comunidade atuem conjuntamente para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, respeitando suas especificidades e assegurando sua plena participação.

5 O envolvimento da comunidade no processo de inclusão

O envolvimento da comunidade é um componente indispensável para a efetivação da inclusão escolar, pois amplia o suporte ao estudante e fortalece a rede de apoio que ultrapassa os limites da escola. A comunidade, entendida como o conjunto de pessoas, instituições e organizações que compartilham um espaço social e cultural, contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e sensível às diversidades.

De acordo com Freitas e Silva (2012), a participação comunitária

possibilita a articulação de recursos, saberes e práticas que enriquecem o processo educativo, além de promover a sensibilização social em torno das questões relacionadas à inclusão. O engajamento comunitário pode ocorrer por meio de parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais, associações de pais, empresas locais e voluntários, que colaboram na implementação de ações voltadas à acessibilidade e à valorização da diversidade.

A comunidade também exerce papel fundamental na desconstrução de preconceitos e estigmas que ainda permeiam a sociedade em relação às pessoas com deficiência ou necessidades especiais. Conforme ressaltam Santos e Carvalho (2016), quando a comunidade participa ativamente da vida escolar, contribui para a formação de um ambiente mais acolhedor e respeitoso, no qual as diferenças são compreendidas como parte da riqueza cultural e social do grupo.

Além disso, a colaboração comunitária pode ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, oferecendo vivências práticas, culturais e sociais que complementam a formação escolar. Projetos culturais, esportivos, de saúde e de assistência social, promovidos por instituições comunitárias, diversificam as experiências dos alunos e favorecem a inclusão plena na vida social (OLIVEIRA, 2014).

A participação comunitária também contribui para a sustentabilidade das políticas de inclusão, garantindo continuidade e efetividade às ações, mesmo diante de mudanças administrativas e institucionais. Como destaca Almeida (2011), o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade cria um senso coletivo de responsabilidade e compromisso com a educação inclusiva.

Para tanto, é necessário que a escola adote uma postura aberta e proativa, promovendo canais de comunicação eficazes e incentivando a participação da comunidade nas decisões e atividades escolares. A construção de redes colaborativas fortalece o processo de inclusão, tornando-o um projeto coletivo que envolve toda a sociedade.

Portanto, o envolvimento da comunidade constitui elemento estratégico na promoção da inclusão escolar, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a diversidade e a justiça social.

6 Desafios e possibilidades da parceria escola-família-comunidade

A construção e manutenção de uma parceria eficaz entre escola, família e comunidade para a promoção da inclusão escolar enfrentam múltiplos desafios, que, por sua vez, configuram possibilidades para o desenvolvimento de estratégias inovadoras e colaborativas. Embora haja avanços significativos no arcabouço legal e conceitual que fundamenta a inclusão, sua implementação prática ainda encontra obstáculos de natureza estrutural, cultural e socioeconômica, que dificultam a consolidação dessas parcerias.

Um dos principais entraves identificados na literatura é a comunicação deficitária entre os diferentes atores envolvidos. Conforme Cunha e Mello (2019), a ausência de canais permanentes e efetivos de diálogo entre escola e família compromete o alinhamento das ações pedagógicas e a construção de um projeto educativo partilhado. Muitas vezes, fatores como horários incompatíveis, insegurança ou desconfiança das famílias em relação à escola e a limitada formação dos profissionais para lidar com a diversidade cultural dificultam essa aproximação.

Além disso, a desigualdade social exerce papel relevante na limitação da participação familiar e comunitária. Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica frequentemente enfrentam dificuldades para se engajar em atividades escolares, seja pela falta de tempo, recursos ou acesso à informação, o que reforça a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte específico a esses grupos (BRASIL, 2008). Soma-se a isso desafios internos à própria escola, como a resistência de alguns profissionais à superação de práticas tradicionais e o déficit de formação continuada voltada à gestão da diversidade (CARVALHO, 2010).

Por outro lado, as possibilidades de fortalecimento dessa parceria são evidenciadas em experiências que valorizam a criação de espaços participativos e o reconhecimento da diversidade como valor social. Santos et al. (2021) destacam que a implementação de conselhos escolares com a participação de representantes familiares e comunitários, bem como a realização de projetos integrados envolvendo diferentes segmentos sociais, contribuem para a construção de vínculos de confiança e responsabilidade compartilhada.

Outra estratégia eficaz consiste na promoção de ações de sensibilização e formação conjunta entre escola, famílias e comunidade,

ampliando a compreensão sobre inclusão, direitos e responsabilidades. O empoderamento dos atores sociais, por meio do acesso à informação e do diálogo aberto, favorece o comprometimento coletivo e a adoção de práticas inclusivas mais consistentes (EPSTEIN, 2001).

Assim, mesmo diante dos desafios, a parceria entre escola, família e comunidade configura-se como uma via promissora para a efetivação da inclusão escolar, exigindo planejamento, compromisso e flexibilidade para superar barreiras e potencializar as contribuições de cada agente social.

7 Considerações finais

A parceria entre escola, família e comunidade revela-se fundamental para a promoção efetiva da inclusão escolar, configurando-se como um eixo estratégico para a construção de um ambiente educacional acolhedor, democrático e acessível a todos. Conforme discutido ao longo deste artigo, a integração desses três agentes sociais potencializa a superação de barreiras pedagógicas, sociais e culturais, ampliando as oportunidades de aprendizagem e participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Além disso, a colaboração contínua e o diálogo aberto promovem a sensibilização e o respeito à diversidade, aspectos essenciais para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. O envolvimento ativo da família fortalece o vínculo afetivo e o acompanhamento do processo educativo, enquanto a participação comunitária amplia os recursos e saberes disponíveis, enriquecendo o contexto escolar.

Entretanto, os desafios persistentes, como as dificuldades de comunicação, as desigualdades socioeconômicas e as resistências culturais, exigem o desenvolvimento de estratégias participativas e flexíveis, além de investimentos em formação e apoio às famílias e educadores. Políticas públicas consistentes e o comprometimento coletivo são imprescindíveis para garantir a continuidade e a efetividade das ações inclusivas. Por fim, a promoção da inclusão escolar demanda um esforço conjunto e articulado, que reconheça a diversidade como elemento enriquecedor e envolva toda a sociedade na construção de uma educação justa e equitativa.

Referências

- ARAÚJO, M. C. F.; SILVA, R. P. O papel da família na inclusão escolar: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, n. 3, p. 495-510, 2015.
- BAGLIERI, S. et al. Críticas à inclusão e perspectivas de resistência. *Educação & Realidade*, v. 36, n. 3, p. 7-24, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, R. A. Formação docente para a inclusão escolar: desafios e possibilidades. *Educação & Formação*, v. 25, n. 2, p. 213-228, 2010.
- CUNHA, J.; MELLO, T. A participação da família na escola: desafios contemporâneos. *Revista Educação em Foco*, v. 6, n. 1, p. 120-138, 2019.
- EPSTEIN, J. L. *Parcerias entre escola, família e comunidade: preparando educadores e melhorando as escolas*. Routledge, 2001.
- FERREIRA, N.; MARTINS, E. Comunidade e escola: interfaces para a inclusão educacional. *Revista Educação em Debate*, Fortaleza, v. 42, n. 80, p. 56-72, 2020.
- FONSECA, M. C.; PEREIRA, A. G. A construção da cultura inclusiva na escola: reflexões a partir de estudos de caso. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 1115-1134, 2017.
- LOURENÇO, F. Participação comunitária e inclusão escolar: o papel das redes sociais. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 123, p. 685-701, 2013.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.
- OLIVEIRA, M. R. A importância da participação da família na escola inclusiva. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 29, n. 88, p. 115-123, 2012.
- SANTOS, L. P. et al. Parcerias e redes de apoio para a inclusão escolar: estudo de caso. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 14, n. 2, p. 301-321,

2021.

SKRTIC, T. M. Por trás da educação especial: uma análise crítica da cultura profissional e da organização escolar. Denver: Love, 1991.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO/MEC, 1994.